

ENSINO, SAÚDE E AMBIENTE

A inserção do ensino de fitoterapia como práticas integrativas e complementares na formação de enfermeiros: uma revisão integrativa sobre a atuação do docente

The inclusion of phytotherapy on education as integrative and complementary practices for nurse training: an integrative review on the teachers' role

Daniela Cristina Podadera Rodrigues;¹ Julia Alejandra Pezuk²

¹ Mestre, Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, - daniela.podadera@educadores.net.br /

 <https://orcid.org/0000-0002-8727-4447>

² Doutora, Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, - julia.pezuk@hotmail.com /

 <https://orcid.org/0000-0001-5412-6619>

Palavras-chave:

fitoterapia; enfermagem; ensino; professor; prescritores.

Resumo: Este estudo corresponde a uma revisão integrativa sobre a atuação do docente e as limitações que os mesmos enfrentam para a capacitação em fitoterapia na formação de enfermeiros prescritores. O principal objetivo desta pesquisa foi discutir as informações publicadas em artigos científicos acessíveis na literatura que tratem dos empecilhos encontrados pelos professores dos cursos de enfermagem no preparo para a prescrição de fitoterapia.

Keywords:

phytotherapy; nurse; teaching; professor; prescribers.

Abstract: This study corresponds to an integrative review on the role of the teacher and the limitations faced during the training on phytotherapy for prescribing nurses. The main objective of this research was to discuss accessible published data that described the obstacles and limitation found by professors during nursing training courses for the preparation for the nurse as prescribers for phytotherapy.

Introdução

Nos últimos anos tem ganhado destaque o fomento da integralidade, que considera importante reconhecer e lidar com diferentes saberes do indivíduo na tangente a busca e manutenção de bem-estar e saúde. No desígnio de práticas da racionalidade médica inclui-se a Medicina Tradicional Chinesa, Antroposófica e Tibetana, Ayueryeda, bem como naturopatia e homeopatia, sendo que entre as classes de práticas terapêuticas estão inseridas a interposição mente e corpo, além de manejo naturais, energéticos e corporais (AZEVEDO et al., 2019). No Brasil, a Portaria nº 971 de 03 de maio de 2006 do Ministério da Saúde validou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), aprova a prática de medicinas complementares dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2006a). A PNPIC



contempla as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), de incluir alternativas de tratamento a Medicina Tradicional, e ao mesmo tempo permite a dissociação das práticas da medicina tradicional e da medicina complementar (BRASIL, 2006a).

O reconhecimento da PNPIC como prática aprovada dentro do SUS garante o acesso de forma massiva a população, no entanto para o uso correto da fitoterapia é necessário o cultivo e identificação das plantas medicinais. Nesse sentido, em 2006, através do Decreto nº 5.813 o Brasil publicou a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), que objetiva garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos (BRASIL, 2006b). A PNPMF promove o uso sustentável da biodiversidade, estando intrinsecamente ligada a PNPIC, pois, reconhece as práticas populares e tradicionais de uso de plantas medicinais e remédios caseiros. No entanto, na prática, a fitoterapia como prática integrativa complementar para o tratamento de doenças crônicas ganhou força na atenção primária a saúde após a promulgação do projeto Farmácia Viva, que disponibiliza e promove o cultivo de plantas medicinais seguras. O projeto Farmácia Viva foi acreditado pela ANVISA através da Portaria nº. 886/GM/MS de 20 de abril de 2010, e “Institui a Farmácia Viva no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)” (BRASIL, 2010). Esse projeto surgiu na região Nordeste, onde as limitações de recursos econômicos causam um déficit no que tange a promoção e prevenção à saúde. O uso de plantas medicinais no contexto da atenção básica, consolidou a ciência e a matéria prima em uso seguro e racional para fins curativos baseado em evidências.

A PNPIC vem alcançando satisfatória evidência no cenário da atual conjuntura da atenção primária a saúde na esfera de prevenção, promoção, tratamento e recuperação de doenças que não necessitem de medicalização em caráter de urgência para restabelecimento de parâmetros hemodinâmicos primordiais. Porém a prática segura dessa terapêutica, é inerente a formação e capacitação de cunho acadêmico, sendo o enfermeiro um dos prescritores dessa prática integrativa em saúde. De fato, segundo a Lei do Exercício Profissional, Lei 7.498/86 e seu Decreto Regulamentador 94.406/87, é de competência privativa do Enfermeiro a consulta de enfermagem, a prescrição da assistência de enfermagem, bem como a prescrição de medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina é aprovada pela instituição de saúde (BRASIL, 1986, 1987). Essas atividades são comumente desenvolvidas na rede básica de saúde pública, onde existam protocolos institucionais aprovados e padronizados pelas Secretarias Municipais de Saúde. Mediante a Resolução nº 197, de 19 de março de 1997, do Conselho Federal de Enfermagem (1997), as terapias integrativas foram reconhecidas como especialidade e/ou qualificação do profissional de Enfermagem.

Em congruência com o crescimento exponencial da indústria farmacêutica, nas últimas décadas a alopatia ganhou raízes sólidas nos núcleos familiares, e o conhecimento popular sobre o uso de plantas medicinais foi se tornando obsoleto. Atualmente esse contexto se estende ao meio acadêmico, embora a fitoterapia traçou um excepcional avanço científico e tenha a seu favor a promulgação de leis que favoreçam a sua aplicabilidade na esfera multidisciplinar, a inserção deste estudo como componente curricular no ensino de graduação ainda é inabitual (FIGUEREDO; GURGEL; GURGEL JUNIOR, 2014).

Partindo desses apontamentos, surge a questão: “No âmbito acadêmico, quais as limitações que o docente do curso de enfermagem encontra para preparar os discentes para ser um prescritor em fitoterapia?” Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa foi avaliar artigos acessíveis na literatura sobre os empecilhos encontrados pelos docentes para a formação de enfermeiros prescritores em fitoterapia, citando os principais impeditivos para a capacitação do acadêmico, e a influência sobre o déficit de conhecimento das práticas integrativas e complementares em saúde para a aplicabilidade da fitoterapia na graduação em enfermagem.

Metodologia

Este estudo corresponde a uma pesquisa de mestrado e se enquadra como um estudo descritivo baseado numa revisão integrativa bibliográfica sobre a temática. Para atingir os objetivos foram incluídos artigos que discutem os processos acadêmicos que inviabilizam a preparação do discente de enfermagem como prescritor em fitoterapia, publicados em diversas bases de dados. A busca foi realizada e nas bases de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), no banco de dados do Ministério da Saúde e na base de dados SciELO (*Scientific Electronic Library Online*). A seleção dos textos científicos foi realizada utilizando como descritores as palavras “fitoterapia”, “enfermagem”, “ensino” e “docente” no título ou no resumo do artigo. Neste estudo foram considerados as publicações em inglês e português entre 2014 e maio de 2020 e disponíveis na íntegra. Foram excluídos artigos que publicados em outros idiomas, que não apresentavam relevância com o tema da pesquisa ou que eram anteriores a data estabelecida.

A busca inicial seguindo os critérios de inclusão e exclusão resultou em 17 publicações na base de dados da SciELO e 7 artigos da plataforma LILACS. Todos os títulos e resumos foram analisados para verificar se os textos tratam do ensino de fitoterapia na enfermagem e suas limitações. Após a seleção inicial, o conteúdo do texto foi acessado na íntegra, e cada artigo foi analisado para serem incluídos e discutidos os dados apontados. Os principais impeditivos que os docentes enfrentam para a correta capacitação do acadêmico sobre o uso da fitoterapia e sobre as consequências do déficit de conhecimento das práticas

integrativas e complementares em saúde para a aplicabilidade da fitoterapia entre graduandos de enfermagem foram citados e discutidos.

Resultados

Nos últimos anos tem sido observado um aumento no integrativas e complementares para o tratamento de doenças, inclusive dentro do hospital o que tem favorecido a diminuição no uso de medicação alopática (MENDES; ABREU; AVELINO, 2019). A popularização da fitoterapia teve um grande impulso com o programa Farmácia Viva, que surgiu do progresso da construção de um setor específico para o cultivo de plantas medicinais, situado no Horto Municipal de Falconete Fialho, em 1991, em colaboração com a Universidade Federal do Ceará. Um dos principais aspectos desse projeto foi a capacitação dos farmacêuticos como prescritores de fitoterapia, para atuarem nos serviços de rede pública do Estado. Nos anos subsequentes, em decorrência da alta demanda, mais três oficinas farmacêuticas foram inauguradas através do financiamento gerido pela Universidade de Fortaleza, Fundação Educacional Edson Queiroz (BRASIL, 2012). Em virtude desta ascensão do uso da fitoterapia e a pretensão de ampliar os conhecimentos sobre a prática, os acadêmicos de outras áreas, como odontologia, enfermagem, fisioterapia e nutrição, despertaram a importância dos saberes sobre as práticas como prescritores reconhecidos durante a graduação (BRASIL, 2012). Sendo fundamental que os enfermeiros que trabalham na atenção básica tenham conhecimentos sobre a aplicabilidade de fitoterapia, principalmente considerando o baixo custo e as características das populações que dependem do SUS.

Durante este estudo, foi possível verificar que os desafios relativos ao desconhecimento sobre a inserção da fitoterapia como prática integrativa e complementar no SUS, enfrentam um obstáculo econômico e social na atenção básica (MACEDO, 2016). De fato, tem sido mostrado que determinantes sociodemográficos como menor faixa de renda pessoal e escolaridade diminuída, influenciam fortemente sob no uso prolongado das medicações alopáticas e encarecem o curso das terapias contra a depressão, ansiedade ou insônia na atenção básica (SJÖSTEDT et al., 2017). Uma das fragilidades do componente da continuidade exitosa do Projeto Farmácia Viva, é o fator político e o modelo gestor, os quais impactam diretamente na disponibilidade de recursos (RIBEIRO, 2019). Aspectos materiais e financeiros tem se tornando um entrave para os programas de fitoterapia já implantados nos territórios em saúde. Em contrapartida, os Conselhos de Saúde, representados por usuários do sistema fortalecem as exigências da conservação deste Projeto, visto que reconhecem através das reuniões pautadas sobre o domínio do Conselho Gestor, o custo-efetividade da utilização dos fitoterápicos pela atenção primária a saúde.

A vinculação que o paciente atribui pela confiança e credibilidade que o enfermeiro desempenha nas suas funções dentro da Atenção Primária à Saúde, acentua o seu destaque como componente chave para o desenvolvimento de estratégias que venham a ser exitosas para as políticas públicas de saúde. Em algumas territorialidades, o enfermeiro é o único contato no eixo da estratégia de atenção primária a saúde que o indivíduo terá, o que o torna componente vital para operacionalizar de forma efetiva e eficaz as políticas públicas de saúde. Em desarmonia com o que difunde a doutrina sob a política e programa de plantas medicinais e fitoterápicos, as movimentações em torno da inclusão do protejo no SUS encontram influências desde o baixo número de profissionais capacitados regressos do ambiente de graduação até o diminuído incentivo de oferta da Farmacopeia Brasileira. Atualmente a Farmacopeia Brasileira consta com apenas 11 plantas fitoterápicas permitidas para uso, desfavorecendo o estímulo ao plantio de espécies oriundas das plantas medicinais enquanto prática da PNPIC (FIGUEREDO; GURGEL; GURGEL JUNIOR, 2014).

Na esfera acadêmica de formação do enfermeiro, o docente contextualiza e solidifica a reflexão do profissional que atenderá a demanda de cuidados baseado em suas competências e habilidades, avaliando o indivíduo como um todo, inserido no cenário em que se desenvolve. O curso de enfermagem deve buscar enfatizar a autonomia que o profissional enfermeiro exercerá na atenção primária a saúde. O ensino científico através da problematização tem se tornado uma ferramenta efetiva na formação do acadêmico, somando a inserção de projetos que mitiguem o acadêmico a transpor o pensamento crítico na prática. Priorizando ampliar o conhecimento na utilização de plantas medicinais e fitoterápicos na graduação de enfermeiros, e preparando-os para atuar em diversos seguimentos dos serviços de saúde. A PNPIC e a PNPMPF recomendam em suas diretrizes que haja um incentivo para a formação, capacitação e desenvolvimento de melhores tecnologias, integrando ao conteúdo programático pesquisa científica e novos saberes na consolidação do contexto de formação deste profissional. No entanto, durante o período de graduação, o enfermeiro não é sempre preparado para a prática de uso e prescrição da fitoterapia em unidades básicas de saúde com estratégia da saúde da família, o que prejudica o acesso a essa terapêutica de qualidade e baixa onerosidade à população.

Num estudo publicado recentemente por Correa, Soares e Muccillo-Baisch (2018) foi mostrando que 30% dos acadêmicos em enfermagem tiveram o tema abordado em sala de aula. Nesse mesmo estudo foi ainda apontado que 92,16% dos docentes da universidade afirmaram não terem incluírem a temática de plantas medicinais e a prática da fitoterapia nos PPC's da área da saúde, ainda assim reconhecem e valorizam a integração deste componente no currículo acadêmico. Por outro lado, Pimenta et al. (2019) mostraram que entre os graduandos em enfermagem 33% tinham conhecimentos sobre fitoterapia graças a

explorações sobre o conteúdo na internet, e ainda que 27% tinham sido instruídos pelos avós no que concerne a similitude da aplicabilidade entre fitoterápicos e plantas medicinais. No mesmo estudo foi mostrado que a maioria (98,1%) desconheciam sobre a PNPIC. Neste cenário o docente preparado seria capaz de mitigar o conhecimento baseado em evidência, instigando ao pensamento crítico amparado sob a vivências familiares, posto que a totalidade dos entrevistados já haviam consumido desta prática em forma de chá, facilitando uma aprendizagem significativa.

Em contribuição acerca do conhecimento dos docentes do curso de enfermagem sobre as PIC's, Silva, Lima e Bastos (2016) mostraram num estudo que envolveu 40 indivíduos que 7,5% desses nunca de deparam com a terminologia citada, enquanto 58,8% que se inteiram sob o contexto, obtiveram as informações no cunho familiar ou de forma pessoal, sendo ainda apontado que 55% dos docentes incentivavam os acadêmicos ao uso de terapias complementares. Na instituição onde o projeto foi aplicado, a disciplina sob a perspectiva nas terapias complementares não era ofertada na grade curricular, todavia, os acadêmicos da área da saúde dispunham da disciplina optativa “Terapêuticas não Convencionais”, entretanto, mantinha o caráter pouco reconhecido pela notoriedade que representa. Enfatizando esse apontamento, um estudo recente aponta que algumas disciplinas estão sendo alinhadas como optativas e englobam as terapias alternativas como componente na formação curricular do enfermeiro. Nesse sentido, a escolha pela fitoterapia tem ganhado força entre os acadêmicos graças a grande divulgação sobre o tópico nos últimos anos que mostram que essa terapêutica é eficaz no tratamento de diversas condições patológicas (FEITOSA et al., 2016).

Para consolidação do uso da fitoterapia e da prescrição pelos enfermeiros, é necessário sedimentar a formulação dos Projetos Políticos dos Cursos (PPCs) ao conhecimento científico sobre as plantas medicinais, arraigando o tratamento fitoterápico como um recurso terapêutico atual e eficiente. Dessa forma seria possível agir em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem para a construção de um perfil acadêmico que atenda as perspectivas da formação do enfermeiro, estando este apto a conduzir suas habilidades e competências, dentro do SUS. No percurso de suas práticas para a formação do enfermeiro, o docente tem um local apropriado para o ensino subversivo, permitindo potencializar as práticas para a construção de novos paradigmas e capacitação profissional sob a necessidade de conhecimento de múltiplas formas terapêuticas a serem ofertadas na esfera do cuidado.

Conclusão

Este estudo mostra as carências de conhecimentos científicos nos enfermeiros para poderem atuar como prescritores de fitoterapia, sendo fundamental a capacitação e preparo dos docentes. Para incentivar a incorporação de novas tecnologias e saberes científicos que possam garantir a promoção a segurança, a eficácia e a qualidade no acesso a plantas medicinais e fitoterápicos, há de se fomentar o ensino estratégico da PNPIC durante o percurso de graduação. O aprimoramento da atenção à saúde e incentivo a pesquisa são fundamentais para capacitar os docentes sobre a temática e causar modificações significativas na preparação dos discentes em enfermagem para a correta prescrição de fitoterapia.

Referências

- AZEVEDO, Cissa et al. Práticas integrativas e complementares no âmbito da enfermagem: aspectos legais e panorama acadêmico-assistencial. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 23, n. 2, p. 1-9, 2019. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2018-0389>
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 498 de 25 de junho de 1986**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências. 1986. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17498.htm. Acesso em: 5 abr. 2019.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n. 94.406 de 8 de junho de 1987**. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências. 1987. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d94406.htm. Acesso em 5 abr. 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria n. 971 de 03 de maio de 2006**. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. 2006a. Disponível em: <http://www.crbm1.gov.br/Portaria%20MS%20971%202006.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2019.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n. 5.813, de 22 de junho de 2006**. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. 2006b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5813.htm. Acesso em: 5 abr. 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria n. 886, de 20 de abril de 2010**. Institui a Farmácia Viva no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS. 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt0886_20_04_2010.html. Acesso em: 5 abr. 2019.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Cadernos de atenção básica: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica**. Brasília, 2012. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/miolo_CAP_31.pdf. Acesso em: 5 abr. 2019.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução n. 197 de 19 de março de 1997**. 1997. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-1971997_4253.html. Acesso em: 5 abr. 2019.

- CORREA, Natalia; SOARES, Maria Cristina; MUCCILLO-BAISCH, Ana Luiza. Conhecimento do tema plantas medicinais e fitoterápicos como instrumento tecnológico na formação dos acadêmicos de enfermagem. **Vittale: Revista de Ciências Da Saúde**, v. 30, n. 2, p. 38-36, 2018. <https://doi.org/10.14295/vittalle.v30i2.7496>
- FEITOSA, Maria Helena et al. Inserção do conteúdo fitoterapia em cursos da área de Saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 40, n. 2, p. 197-203, 2016. <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v40n2e03092014>
- FIGUEREDO, Climério Avelino; GURGEL, Idê; GURGEL JUNIOR, Garibaldi. A política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos: construção, perspectivas e desafios. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 381-400, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312014000200004>
- MACEDO, Alice. Plantas medicinais e fitoterápicos na atenção primária à saúde: contribuição para profissionais prescritores. **Revista Fitos**, v. 10, n. 2, p. 32-39, 2016. Disponível em: <https://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revista-fitos/article/view/481/pdf>. Acesso em: 5 abr. 2019.
- MENDES, Priscila Martins; ABREU, Ingrid Moura de; AVELINO, Fernanda Valéria Silva Dantas. Práticas integrativas e complementares para a (des)medicalização social: um estudo de reflexão. **Revista Uningá**, v. 56, n. 6, p. 116-122, 2019. Disponível em: <http://revista.uninga.br/index.php/uninga/article/view/2949>. Acesso em: 5 abr. 2019.
- PIMENTA, Marcos Luciano et al. A utilização da fitoterapia e plantas medicinais como prática terapêutica pela visão de estudantes de enfermagem. **Conexão Ciência (Online)**, v. 14, n. 3, p. 19-28, 2019. <https://doi.org/10.24862/cco.v14i3.952>
- RIBEIRO, Luiz Henrique. Análise dos programas de plantas medicinais e fitoterápicos no Sistema Único de Saúde (SUS) sob a perspectiva territorial. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 24, n. 5, p. 1733-1742, 2019. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018245.15842017>
- SILVA, Luana; LIMA, Indiara; BASTOS, Rodrigo. Terapias complementares e integrativas: conhecimento e utilização pelos docentes do curso de enfermagem de uma instituição pública. **Revista de Saúde Coletiva Da Uefs**, v. 5, n. 1, p. 40-45, 2015. <https://doi.org/10.13102/rscdauefs.v5i1.1008>
- SJÖSTEDT, Cecilia et al. Socio-demographic factors and long-term use of benzodiazepines in patients with depression, anxiety or insomnia. **Psychiatry Research**, v. 249, n. 1, p. 221-225, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2017.01.046>

Sobre os autores

Daniela Cristina Podadera Rodrigues

Graduada em Enfermagem (2006), especialista em Unidade de Terapia Intensiva (2013) e em Gestão em Enfermagem (2018) pela UNIFESP. Mestre em Ensino de Ciências e Saúde (2021). Atualmente docente da Universidade Anhanguera de São Paulo e atua na rede do SUS, no Ambulatório de Especialidades Médicas de Santo André como analista da qualidade, matriciamento da rede de atenção secundária à saúde e é responsável pelo Núcleo de Segurança do Paciente. Participou deste estudo na definição dos objetivos, na coleta de dados e na escrita do manuscrito.

Julia Alejandra Pezuk

Pesquisadora argentina-brasileira. Formada em genética na argentina (2008), possui mestrado e doutorado em Ciência pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São

Paulo (2011 e 2014, respectivamente). Fez pós-doutorado em Ciências da Saúde no Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio-Libanês (2014-2017). Atualmente é coordenadora e professora doutora permanente do programa de Pós-graduação Stricto Sensu de Biotecnologia e Inovação em Saúde, professora doutora permanente do programa de Farmácia e de programa de Ensino de Ciências e Saúde da Universidade Anhanguera de São Paulo (UNIAN/SP), onde desenvolve pesquisas na área de saúde. Participou neste estudo como orientadora, na definição dos objetivos, na discussão de ideias e na revisão do texto.